

CARLOS ALEXANDRE
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Reação ao IPI

A bancada amazonense reagiu em peso ao decreto do governo federal que fez um corte linear de 25% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os três senadores e oito deputados acusam o ministro Paulo Guedes de “quebra de confiança”, pois a redução do tributo tem impacto sobre as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus sobre outras áreas industriais.

Desvantagem

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM), alertou. “Alguns políticos e o ministro Paulo Guedes dizem que o Amazonas deveria depender menos da Zona Franca. Concordo. Só que se perdermos as vantagens comparativas da Zona Franca, perderemos a indústrias e 100 mil empregos diretos e mais de 400 mil indiretos que o modelo gera em meses ou até dias”, argumentou.

Aos tribunais

Em reação ao decreto, a bancada amazonense pretende ajuizar duas ações. A primeira, no Tribunal Superior Eleitoral, vai pedir a suspensão da medida com base na lei 9.504, que veda a concessão de benefício em ano eleitoral. A segunda ação será encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, com a alegação de que o regime especial para a Zona Franca de Manaus está previsto na Constituição.

Demissão no Ipen

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lamentou, em nota, a exoneração do diretor do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), Wilson Calvo. A decisão partiu do Ministério Segundo a SBPC, Calvo foi demitido por discordar da quebra do monopólio da União na produção de radiofármacos utilizados na medicina nuclear para pacientes do SUS. Wilson Calvo defende, segundo a SBPC, a ampliação desse atendimento no sistema público de saúde.

Democracia ficará mais forte quando der voz às mulheres

Neste ano eleitoral, o Brasil inicia o mês de março com uma missão: aumentar a participação das mulheres na política. Elas formam a maioria do eleitorado, mas ocupam um espaço restrito nos Poderes da República. No Congresso Nacional, por exemplo, há 77 mulheres entre 513 deputados. No Senado, o percentual é igualmente rarefeito: a Casa conta apenas com 13 senadoras. No Supremo Tribunal Federal, a presença feminina também é minoritária, com as ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber. Nas duas oportunidades que teve para modificar a composição do STF, o presidente da República optou por escolher candidatos do sexo masculino. No Executivo, apenas três mulheres ocupam cargos de destaque: as ministras Tereza Cristina (Agricultura), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos). De todos os postulantes à eleição presidencial, somente a senadora Simone Tebet (MDB-MS) se apresentou para os eleitores. É muito pouco. Infelizmente, a disputa nas urnas este ano tende a se resumir a um embate entre homens.



Líder da Bancada Feminina no Senado, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) contou, em entrevista ao **Correio**, que está à disposição do partido para uma chapa majoritária, a depender das negociações para uma federação. Sabemos que não é operação simples.

Para além de homenageá-las no próximo dia 8, é chegada a hora de ampliar o acesso das mulheres no processo político. Engajar mais mulheres na política equivale a fortalecer a democracia.

Diálogo

A SBPC lembrou, ainda, que a decisão desconsidera o convênio com o governo de São Paulo, que tem participação na escolha do diretor do Ipen. Por fim, a entidade pede ao MCTI que reconsidere a decisão e proponha o diálogo. O **Correio** entrou em contato, por e-mail, com a pasta, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.

Semântica

Primeiramente, o presidente Bolsonaro se disse “solidário” à Rússia na questão ucraniana. Depois, passou a defender a “neutralidade” ante o conflito, enquanto o embaixador do Brasil na ONU dá seguidas declarações condenatórias à ofensiva de Putin. Ontem, à Globonews, o ministro Carlos França falou que o Brasil busca o “equilíbrio”, e não propriamente a neutralidade. Está difícil enxergar coerência no posicionamento do governo brasileiro.

Bandeiras na rede

Nas redes sociais, as embaixadas da Ucrânia e da Rússia estão empenhadas em uma guerra virtual. Com 11,5 mil seguidores no Twitter, a representação russa compartilhou os discursos de Putin e as acusações do embaixador russo na ONU sobre supostas agressões de nacionalistas ucranianos na região de Donbass. A embaixada da Ucrânia, por sua vez, conta com 4,4 mil seguidores. Os posts reúnem cenas dos ataques russos, contatos com diplomatas de países solidários e ações do presidente Zelensky. Vários textos não citam o nome de Rússia nem de Ucrânia: utilizam a bandeira nacional dos dois países.

Moro internacional

Sergio Moro decidiu internacionalizar a oposição a Bolsonaro. Em inglês, escreveu um post no Twitter no qual se solidariza com a bravura do povo ucraniano após cinco dias de guerra contra a Rússia. E diz que a ambiguidade do governo Bolsonaro em relação ao conflito não representa o sentimento do povo brasileiro.

PODER / Atento à conjuntura que pode exigir maior intervenção do Estado na economia, partido estuda experiências no exterior

PT busca receita para gastar

» DEBORAH HANA CARDOSO
» RAPHAEL FELICE

Responsável por uma grave crise econômica no Brasil com o governo de Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores enviou emissários ao redor do mundo em busca de exemplos para a implementação de um novo marco fiscal no Brasil, em caso de vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições deste ano. Na esteira da revogação da reforma trabalhista na Espanha, o partido enviou um emissário à Coreia do Sul para entender o “New Deal sul-coreano”, que injetou US\$ 133 bilhões para estimular o crescimento do país em meio à desaceleração provocada pela pandemia de covid-19. Em 2020, a União Europeia destinou 1,8 trilhão de euros para o bloco se recuperar dos impactos causados pelo novo coronavírus. Em 2021, os Estados Unidos aprovaram um pacote de estímulos fiscais de US\$ 1,9 trilhão pelo mesmo motivo. No caso dos EUA, as negociações em Washington se estenderam por meses e só foram aprovadas após a vitória de Joe Biden na corrida à Casa Branca. Em um cenário de recuperação econômica e marcado por instabilidade — vide os efeitos da guerra na Ucrânia — ganham força as teses que defendem o protagonismo do Estado e metas fiscais menos austeras. Economistas como André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, o primeiro-ministro da Itália, Mario Draghi, o presidente da França, Emmanuel Macron e o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) começam a defender a ideia de afrouxamento fiscal e podem servir de exemplo aos emissários do PT. Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores quer interlocuções no mundo como trunfo

político diante do baixo desempenho econômico do governo Bolsonaro. Segundo o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), o governo Lula registrou o maior superávit fiscal e investimentos em programas sociais e audaciosos — entre 2003 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu acima dos 3%, menos em 2009 quando o Brasil, assim como outras economias, digeriu a crise do subprime americana ocorrida em 2008.

Austeridade e fome

Pimenta acredita que o PT tem uma noção mais precisa do equilíbrio entre gastos e política social. “Não pode é submeter o povo a uma política de austeridade que leve à fome, índice de miséria. Precisa de equilíbrio entre responsabilidade fiscal e social”, afirma. Ele observa que o governo não impediu concentração maior de riquezas, na contramão do que partido defende. “Não é possível que durante a pandemia as empresas mais ricas do mundo tenham se tornado ainda mais ricas”, critica. “Se o dinheiro estiver distribuído, a economia aquece, a indústria vende mais, ativa a capacidade de geração de emprego”, acrescenta.

O cientista político Valdir Pucci acredita que o bom trânsito de Lula na comunidade internacional é um ponto favorável. “O Brasil, por causa do seu ex-chanceler, foi considerado um Estado pária. Nesse sentido, quando o PT busca apoio e reuniões com outros países em outros locais, deixa claro que as buscas são por economias abertas”, opina. “Quando o PT conversa com esse tipo de país, quer passar aos investidores de que, se voltar ao poder, a tendência é de que seja até mesmo mais liberal e mais voltado ao mercado”, disse.

Anderson Riedel/PR



Bolsonaro e ministros em cerimônia no Planalto: segundo o presidente, está tudo “pré-acertado” para a nova Esplanada

Mudanças em 40% dos ministérios

A saída de ministros do governo de Jair Bolsonaro (PL) para disputar as eleições de outubro marcará o maior esvaziamento da Esplanada com a desincompatibilização dos cargos nesse mesmo período, proporcionalmente, em quase 25 anos.

Se confirmada a troca em 10 ministérios no próximo dia 31, quase metade das 23 pastas passará por reestruturação. As substituições vão ocorrer no momento em que o presidente precisa reverter índices econômicos desfavoráveis para reforçar a campanha pelo segundo mandato.

Os ministérios que vão perder titulares por motivos eleitorais controlam, juntos, um

orçamento de R\$ 20 bilhões, somente para investimentos. Bolsonaro aposta na eleição de um time de ministros para ter mais aliados nos governos estaduais e no Congresso, principalmente no Senado, onde o Planalto enfrenta dificuldades na articulação política.

Na lista dos futuros candidatos estão Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), que vai disputar o governo de São Paulo; Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), postulante ao Senado pelo Rio Grande do Norte; e Flávia Arruda (Secretaria de Governo), que também concorrerá a uma cadeira no Senado, mas pelo Distrito Federal.

As 10 substituições previstas e admitidas por Bolsonaro são superiores às realizadas desde 1998, nos respectivos anos de eleições gerais, pelos então presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT). No caso de Bolsonaro, as saídas dos ministros para a campanha atingirão 43% das pastas. Os índices de substituições em governos anteriores, nesse período, variaram entre 22% e 30%.

A troca de ministros, no fim deste primeiro trimestre, dá aos nomeados nove meses de gestão de orçamentos bilionários. É por isso que há no Centrão uma

disputa de bastidores pelos cargos. O exemplo mais emblemático está no PL, partido ao qual se filiou Bolsonaro. Controlado pelo ex-deputado Valdemar Costa Neto, o PL quer voltar a ter influência sobre o Ministério da Infraestrutura. A pasta é hoje chefiada por Tarcísio, que deixará o cargo para concorrer ao Palácio dos Bandeirantes.

Ao responder ontem sobre como ficará o novo Ministério, Bolsonaro disse que tudo está “pré-acertado”. Na semana passada, ele chegou a calcular que seriam 11 substituições, mas, depois disso, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, anunciou que ficaria na equipe.